

SUÉCIA VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 02.714.977/0001-04 - NIRE 52300010802
Rodovia BR-153, Km-515, s/n, LI-Área 1, Bairro Retiro do Bosque
CEP 74990-728, Aparecida de Goiânia - GO.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sª, as Demonstrações Financeiras pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Fluxos de Caixa, Mutações Patrimoniais e Resultados Abrangentes e Notas Explicativas do exercício social encerrado em 31/12/2021, comparativo a 31/12/2020. A íntegra está disponível para consulta no site deste jornal.

Aprovamos para agradecer o apoio e a confiança dos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores, os quais foram de valores inestimável para a obtenção dos resultados.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021

	2020	2021		2020	2021
ATIVO			PASSIVO		
Disponibilidades	86.762	82.276	CIRCULANTE	48.302	128.112
Duplicatas e Títulos a Receber	44.520	110.352	Fornecedores	14.981	65.565
Adiantamentos	3.482	4.482	Empréstimos e financiamentos	6.733	21.174
Impostos a recuperar	15.847	12.787	Obrigações fiscais	5.141	16.436
Outros créditos	7.999	5.874	Obrigações trabalhistas e sociais/Provisão	10.131	13.113
Estoques	42.558	65.980	Adiantamentos de clientes	9.990	7.442
NÃO CIRCULANTE	40.179	63.270	Outras contas a pagar	1.326	4.383
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.348	8.642	NÃO CIRCULANTE	25.938	24.902
Emprestimos a P. Jurídica	3.358	4.450	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.938	24.902
Investimentos Temporários	-	-	Provisão para Contingências	995	832
Depósitos judiciais	580	512	Outras Obrigações	324	-
Impostos Diferidos IRPJ/CSLL	3.410	3.680	Juros s/ capital próprio a pagar	5.650	7.829
PERMANENTE	32.830	54.627	Locações a Pagar	18.969	16.241
Imobilizado / Intangível	55.637	39.774	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.107	192.008
(-) Depreciação/Amortização	(22.806)	(32.478)	Capital social	52.000	52.000
			Reservas Legal	7.811	11.507
			Reservas de Lucros	87.641	103.703
			Reservas Incentivos Fiscais	19.655	24.798
TOTAL ATIVO	241.347	345.021	TOTAL PASSIVO	241.347	345.021

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

	2020	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	848.554	1.394.670
Vendas Mercadorias e Serviços	848.554	1.394.670
DEDUÇÕES DE VENDAS	124.377	194.105
(-) Devoluções e Descontos	40.326	62.059
(-) Impostos sobre as vendas	84.051	132.045
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	724.177	1.200.565
(-) Custo Vendas Mercad e Serviços.	613.553	1.016.352
LUCRO BRUTO	110.624	184.213
(-) Despesas com pessoal	36.740	51.474
(-) Despesas com vendas	10.026	9.987
(-) Despesas Adm e Gerais	26.455	33.574
Outras receitas operacionais	29.932	25.427
RESULTADO ANTES REC/DESP. FINANC	67.335	114.604
Receitas financeiras	3.452	10.866
(-) Despesas financeiras	11.491	8.546
RECEITAS/DESPE FINANC. LIQ.	(8.039)	2.320
RESULTADO OPERACIONAL	59.296	116.924
(-) IR e CSLL Exerc. Corrente	16.678	38.117
(+) ou (-) IR e CSLL Diferidos	658	(271)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	41.960	79.078
(+) Reversão Juros Capital Próprio	6.200	7.100
LUCRO LÍQUIDO ANTES JCP	48.160	86.178
Nº de Ações Ordin. Nominativas	52.000	52.000
Lucro Líquido por Ação	0,93	1,66
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.160	86.178

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2020	2021
Método Indireto		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício antes JCP	48.160	86.178
Ajustes por:		
Depreciação	8.455	9.722
Provisão / (Reversão) para Contingências	(124)	(163)
Provisão Obsolescência dos Estoques	(58)	218
Provisão p/ Crédito Liq. Duvidosa	(50)	(278)
Provisão IR CSLL Diferido	658	(271)
Baixa/Venda Ativo Imobilizado	692	37
Ajustes Exercício Anterior	(19)	-
(Aumento)/redução em contas a receber	25.358	(65.554)
(Aumento) redução nos estoques	33.824	(23.639)
(Aumento) redução de impostos a recuperar	(2.818)	3.060
(Aumento) redução outros valores a receber	(8.246)	1.124
(Aumento) redução depósitos judiciais e Outros	(39)	68
(Redução) aumento em fornecedores	(7.259)	50.584
(Redução) aumento impostos e contrib. a recolher	444	17.334
(Redução) aumento do adiantamento de clientes	1.834	(2.548)
(Redução) aumento do contas a pagar	20.146	(873)
Caixa proveniente das operações	120.958	74.998
Fluxos de caixa atividades de investimento		
Aplicações em investimentos	288	-
Aquisição de Ativo Imobilizado	(24.978)	(31.556)
Dividendos recebidos	(9.757)	(54.176)
Caixa líquido das atividades de investimento	(34.447)	(85.732)
Fluxos de caixa atividades de financiamento		
Pagto/Provisão Juros Capital Próprio	(6.200)	(7.100)
Empréstimos e Financiamentos	(25.390)	13.348
Caixa líquido usado nas atividades de financ.	(31.590)	6.248
(=) Aumento (Redução) liq. caixa e equivalentes	54.921	(4.486)
Caixa e equival. caixa no início do período.	31.841	86.762
Caixa e equival. de caixa no fim do período	86.762	82.276
(=) Aumento (Redução) no Caixa e Equival. Caixa	54.921	(4.486)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2021

	Capital social integralizado	Reservas Legal	Reservas Retenção	Reserva de incentivo Fiscal	Lucros ou acumulados	AFAC	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	52.000	6.108	65.058	11.757	134.923		134.923
Dividendos pagos / provisionados	-	-	(9.642)	-	(9.642)		(9.642)
Lucro Líquido do Período e Destinações:	-	-	-	-	48.159		48.159
Juros s/ capital próprio creditado/Reversão	-	-	-	-	(6.200)		(6.200)
Transferências de lucros para reservas retenção	-	-	32.224	-	(32.224)		-
Reservas Legal	-	1.703	-	-	(1.703)		-
Reserva de incentivo Fiscal	-	-	-	7.898	(7.898)		-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(134)		(134)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	52.000	7.811	87.640	19.655	167.106		(54.176)
Dividendos pagos / provisionados	-	-	(54.176)	-	(54.176)		(54.176)
Lucro Líquido do Período e Destinações:	-	-	-	-	86.178		86.178
Juros s/ capital próprio creditado/pago	-	-	-	-	(7.100)		(7.100)
Transferências de lucros para reservas retenção	-	-	70.238	(70.238)	-		-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	52.000	11.508	103.702	24.798	-		192.008

NOTA EXPLICATIVA RESUMIDAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES 31/12/2021:

1) CONTEXTO OPERACIONAL DE 31/12/2021

1.1) A companhia tem por objeto social: a) Comércio por atacado de caminhões novos e usados; b) Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados; c) Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários novos; d) Comércio varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários usados; e) Comércio varejo de peças e acessórios para veículos automotores; f) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; g) Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; h) Comércio varejista de lubrificantes; i) Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; j) Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; k) Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; l) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; m) Representação comercial e agente do comércio de veículos automotores; n) Representação comercial e agente do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores; o) Recapeamento de pneumáticos usados; p) Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; q) Serviço de borracharia para veículos automotores; r) Serviços de preenchimento de cadastros, análise e informações cadastrais; s) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia colista ou acionista; t) Importação e exportação dos produtos e serviços acima discriminados;

1.2) A Companhia tem sua Sede em Aparecida de Goiânia-GO; e Filiais em: Aparecida de Goiânia, Barro Alto, Itumbiara, Jataí e Rio Verde - GO., Uberlândia - MG., Brasília - DF, e Araguaína, Gurupi e Palmas - TO.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

2.1) As demonstrações contábeis estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, segundo a legislação societária e fiscal adotadas no Brasil, seguindo o regime de competência para registro das mutações patrimoniais.

2.2) Os estoques de peças e acessórios estão avaliados pelo custo médio ponderado; e os

estoques de caminhões e ônibus pelo valor unitário de aquisição, todos já deduzido o ICMS quando permitido a recuperação.

2.3) Foi constituído provisão para perda de clientes considerando os títulos vencidos a mais de 120 dias, levado a resultado do exercício.

2.4) A classificação em curto e longo prazo dos elementos do Ativo e Passivo, foi levado em consideração direitos e obrigações a vencer após o encerramento do exercício seguinte ao da competência.

2.5) O Lucro Líquido do Exercício de 2021 após deduzir os impostos foi de R\$79.078 (setenta e nove milhões, e setenta e oito reais); dos quais serão destinado 5% para Reserva Legal; deixando de fazer a provisão de 1% para Dividendos Obrigatórios em razão do pagamento lucros já realizado em 2021; permanecendo o saldo remanescente na conta de reservas de lucros acumulados para futura deliberação dos acionistas.

3) INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

3.1) A sociedade não possui investimentos societários em outras sociedades;

3.2) O imobilizado está registrado pelo custo histórico de aquisição, considerando o valor justo em razão do desgastes pelo uso normal. As depreciações foram calculadas pelo método linear utilizando as taxas estabelecida na legislação tributária vigente.

4) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1) A Companhia Suécia Veículos S/A tem capital social, inteiramente nacional, subscrito e integralizado de R\$ 52.000 dividido em 52.000 milhões de ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo detido a totalidade por pessoa jurídica Brasileira.

5) DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

5.1) As Demonstrações Contábil e Financeiras de 2021, foram revisadas e auditadas pela VR Group Auditores & Consultores SS, inscrita no CRC 1 GO 02158/O-4; cujas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas Completas e Relatório dos Auditores Independentes, estão arquivados a disposição dos Acionistas e Público em Geral, na sede da companhia em Aparecida de Goiânia - GO.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e Acionistas da Suécia Veículos S.A
Aparecida de Goiânia - Goiás

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Suécia Veículos S.A. ("Suécia ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suécia Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Controlar físico do ativo imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3(c), a empresa deprecia os valores dos bens do ativo imobilizado, utilizando as taxas de depreciação permitidas pela legislação tributária conforme IN-SRF 162/1998. Desta forma, a Empresa não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e a interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, não foi possível concluir sobre a adequação sobre o saldo líquido contábil do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$ 54.627 mil e R\$ 1.607 mil, respectivamente, advindos desse tema em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas

na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia-GO, 27 de abril de 2021.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S

CRC 1 GO 02158/O-4

Rodrigo Costa Silva

Contador CRC 1 GO 016905/O-4

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.276	86.762
Contas a receber de clientes	5	110.352	44.520
Estoques	6	65.980	42.558
Impostos a recuperar	11	12.787	15.847
Adiantamento a fornecedores	4	4.482	3.482
Outros créditos	6	5.874	7.999
		281.752	201.168
Não circulante Partes relacionadas	7	4.450	3.357
Depósitos judiciais e outros		512	580
Impostos diferidos	11	3.680	3.410
Imobilizado	8	54.627	32.830
		63.269	40.177
Total do ativo		345.021	241.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	9	65.565	14.981
Empréstimos e financiamentos	10	21.174	6.733
Impostos e contribuições a recolher		16.436	5.141
Obrigações trabalhistas/sociais	12	13.113	10.131
Adiantamento de clientes	13	7.442	9.990
Outras Contas a Pagar		4.382	1.325
		128.112	48.301
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	15	832	995
Outras obrigações		-	324
Juros sobre capital próprio a pagar		7.829	5.650
Arrendamento/Locação a pagar	14	16.240	18.969
		24.901	25.938
Patrimônio líquido	16	52.000	52.000
Reserva legal	16.a	11.507	7.811
Reservas de retenção de lucros	16.e	103.703	87.641
Outras Incentivos Fiscais	16.d	24.798	19.654
		192.008	167.106
Total do passivo e patrimônio líquido		345.021	241.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	1.200.565	724.177
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18	(1.016.352)	(613.553)
Lucro bruto		184.213	110.624
Despesas com pessoal	19	(51.474)	(36.740)
Despesas de vendas	20	(9.987)	(10.026)
Administrativas e gerais	21	(33.574)	(26.45

Juros sobre capital próprio Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.703	-	(1.703)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	7.898	(7.898)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(135)
Retenção de lucros	-	32.224	-	(32.224)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.000	7.811	87.640	19.655
Reserva Adiant. Aumento Capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	86.178
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	(54.176)	-
Juros sobre capital próprio Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.697	-	(3.697)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	5.143	(5.143)	-
Retenção de lucros	-	70.238	-	(70.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.000	11.508	103.702	24.798

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	2021	2020
Outros resultados abrangentes	86.178	48.160
Resultado abrangente total do exercício	86.178	48.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	86.178	48.160
Ajustes para conciliar o resultado o resultado às disponibilidades geradas:		
Depreciação e amortização	9.722	8.455
Provisão para demandas judiciais	(163)	(124)
Provisão para obsolescência de estoques	218	(58)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(278)	(50)
Impostos diferidos	(271)	658
Custo baixa do ativo imobilizado	37	692
Ajustes de Exercício Anterior	-	(19)
(Aumento) redução em ativos: Contas a receber	(65.554)	25.397
Estoques	(23.640)	33.910
Impostos a recuperar	3.060	(2.818)
Outros valores a receber	1.125	(8.246)
Depósitos judiciais e outros	68	(39)
Aumento (redução) em passivos:		
Fornecedores	50.584	(7.259)
Impostos e contribuições a recolher	14.277	444
Adiantamento de clientes	(2.548)	1.834
Contas a pagar	2.183	20.147
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	74.998	120.958
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Partes relacionadas – mútuos ativos	-	288
Aquisição de ativo imobilizado	(31.556)	(24.978)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.556)	(24.690)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(54.176)	(9.757)
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(7.100)	(6.200)
Empréstimos e financiamentos tomados (pagos)	13.348	(25.389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(47.928)	(41.346)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa:	(4.486)	54.921
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa No início do exercício	86.762	31.841
No fim do exercício	82.276	86.762
	(4.486)	54.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Suécia Veículos S.A. tem sua sede na cidade de Aparecida de Goiânia - GO, e filiais em Goiânia, Rio Verde, Itumbiara e Barro Alto-GO, Uberlândia e Uberaba-MG, Brasília-DF, Araguaína e Palmas - TO, atuando como concessionária autorizada Volvo para Caminhões e Ônibus nos Estados de Goiás, Distrito Federal, Tocantins e região do Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Essas demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria da Companhia em 27 de abril de 2022.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 - Contas a receber de clientes (Provisão para crédito de liquidação duvidosa);

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

• Nota Explicativa nº 6 – Estoques (Provisão para obsolescência);

• Nota Explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são reconhecidas obedecendo aos seguintes critérios contábeis:

(i) Vendas de Mercadorias - é reconhecida quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios ao cliente, que acontece em ato concomitante com o faturamento e a disponibilização da entrega dos produtos aos clientes para a retirada dos produtos. A transferência dos riscos e responsabilidade nas operações de vendas ocorre no mesmo ato da emissão das notas fiscais, mediante autorização de faturamento pelos bancos financiadores das operações aos clientes.

(ii) Receita de prestação de serviços - é reconhecida preponderantemente quando do faturamento e que ocorre no momento da entrega da prestação dos serviços aos clientes.

(iii) De acordo com a IFRS 15, CPC 47, as receitas das vendas e prestações de serviços é reconhecida em 3 (três) etapas:

I. Identificação de um contrato com o cliente

II. Determinação do preço de transação e riscos de pagamentos

III. Reconhecimento da receita quando a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

Etapa 1:

Existe um contrato abrangido pela IFRS 15/CPC 47 quando:

Está aprovado ou autorizado pelos clientes ou instituição financeira quando dependente de financiamentos de terceiros;

Estabelece direitos e obrigações das partes, como: o produto ou serviços a serem entregues; o preço, data de pagamentos ou vencimento; e o recebimento como provável;

Os bens ou serviços prometidos nos contratos são uma única obrigação de desempenho. Qualquer nova operação é tratada como contrato separado quando há novos produtos / serviços e preço. Modificações de contrato são tratadas como parte do contrato original quando há novos produtos / serviços a preços diferentes do mercado ou quando há novos produtos / serviços não diferentes do contrato original.

Etapa 2:

A componente variável do preço só é considerada se for altamente provável que não ocorra no futuro uma reversão do crédito a ser reconhecido. O preço é alocado a cada obrigação ou contrato, de acordo com o produto ou serviço. Os descontos atribuídos a bens / serviços vendidos é semelhante quando as condições dos contratos são equivalentes. Nas operações praticadas pela Companhia, o risco de pagamento é pequeno, visto que na maioria das operações são financiadas junto ao sistema financeiro, cujos créditos e operações, são previamente aprovadas antes da emissão dos contratos.

Quando na eventualidade de atrasos no pagamento, são cobradas do cliente pelo atraso, valores a uma taxa de juros de mercado. Os juros e encargos por atrasos são reconhecidos por contrapartida de clientes.

Etapa 3:

A receita é reconhecida, quando da emissão das notas fiscais aos clientes, momento em que ocorre a transferência do controle dos produtos ou entrega dos serviços aos Clientes, com a aceitação do cliente. Sendo a receita mensurada pelo justo valor da contraprestação recebida, e deduzido das devoluções, abatimentos e situações semelhantes.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, fornecedores, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha os seguintes ativos financeiros:

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da

Companhia. Após o reconhecimento inicial dos custos de transação atribuíveis, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, as mudanças no valor e flutuações desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

São classificados os passivos financeiros não derivativos, que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado nas contas de receitas e despesas financeiras.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques de peças são mensurados pelo custo médio ponderado de aquisição; os estoques de caminhões e ônibus novos e usados são apurados pelo custo unitário de aquisição em razão especificidade da identificação pelo número de chassis.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados da operação, e demais despesas inerentes de vendas.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Os gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento da vida útil e nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos pela diferença líquida dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada mensalmente sobre o valor depreciável, que é o custo do ativo adquirido ou reposto, deduzidos dos impostos recuperáveis, devidamente registrado na contabilidade da Companhia.

A depreciação é reconhecida no resultado com base nas taxas admitidas na legislação tributária vigentes, divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

Terenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas utilizadas são as seguintes:

Edificações e instalações	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de comunicação	10%
Ferramentas	20%
Equipamentos de Informática	20%
Softwares	20%

Os métodos de depreciação e os valores residuais são registrados pelo valor do custo de acordo com o regime de competência. As amortizações em benfiteiros em imóveis de terceiros são amortizadas, utilizando o percentual máximo de acordo com o prazo do contrato de locação, quando por prazo indeterminado a locação utilizamos o percentual mínimo admitido na legislação de 4% para edificações.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, não são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

e) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tenha uma obrigação legal ou constritiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os descontos obtidos, juros de clientes e sobre aplicações financeiras, variações ativas, retornos de financeiros e bonificação de metas e objetivos.

As despesas financeiras abrangem os descontos concedidos, juros pagos de financiamentos e fornecedores, juros de capital próprio, tarifas e despesas bancárias, impostos incidentes sobre as receitas financeiras.

h) Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, após a compensação de eventuais existentes prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, sempre limitados a 30% do lucro real e da base negativa da CSLL.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos estatutários, a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

Quando declarada, a despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e

posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

j) Adoção inicial CPC 06 R1 / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil
Adoção inicial do CPC 06 R2 / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial

i) Políticas contábeis: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020
Caixa	100	158
Bancos	1.098	2.221
Aplicações financeiras (*)	81.078	84.383
	82.276	86.762

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são substancialmente remuneradas a taxas que variam entre 90% e 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Caminhões e ônibus	60.215	13.007
Pós-vendas (peças e serviços)	53.650	40.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(3.513)	(9.386)
	110.352	44.520

a) Apresentamos abaixo a movimentação da PCLD:

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Provisão PCLD

Reversão Provisão PCLD

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Provisão PCLD

Reversão Provisão PCLD

Saldo em 31 de dezembro de 2021

b) Aging List contas a receber:

TOTAL CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Vencidos		
Até 30 dias	13.599	4.542
Entre 31-60	254	653
Entre 61-90	69	174
Entre 91-120	68	530
Entre 121-150	66	40
Acima de 150	3.545	9.515
Total de Vencidos	17.601	15.454
A Vencer		
Até 30 dias	73.975	21.620
Entre 31-60	10.536	7.686
Entre 61-90	5.903	4.330
Entre 91-120	2.438	1.817
Entre 121-150	1.396	996
Acima de 151	2.016	2.002
Total a Vencer	96.264	38.451
Total Clientes	113.865	53.905
PCLD	(3.513)	(9.386)
Total Cliente	110.352	44.520
6. Estoques		
	2021	2020
Caminhões/ônibus	10.866	2.276
Peças e acessórios	55.980	41.366
(-) Provisão para obsolescência	(866)	(1.084)
	65.980	42.558

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Provisão

Reversão Provisão

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Provisão

Reversão Provisão

Títulos Vencidos	Entre 61-90	21	5
	Entre 91-120	242	20
	Entre 121-150	23	10
	Acima de 150	193	2.689
	Total de Vencidos	2.885	3.284
	A Vencer		
	Até 30 dias	36.013	10.644
	Entre 31-60	26.628	1.050
	Entre 61-90	39	1
Títulos Vencidos	Entre 91-120		
	Entre 121-150		
	Acima de 150	-	2
	Total a Vencer	62.680	11.697
	Total Contas a pagar	65.565	14.981

10. Empréstimos e financiamentos	Remuneração	2021	2020
Circulante Moeda nacional:			
Banco Volvo Brasil S.A.			
	3%aa + 100% CDI	1.080	6.733
Ataides de Deus Vieira Pozzi	0,90%am	12.751	-
Alarico Assumpção Junior	0,90%am	3.752	-
Fabrizio Pozzi da Fonseca	0,90%am	4.254	-
Lara Pozzi Assumpção	0,90%am	2.127	-
Lucca Pozzi Assumpção	0,90%am	2.127	-
(-) Juros a apropriar		(4.917)	-
		21.174	6.733

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	2021	2020
	-	6.733
	2022	-
	21.174	-

Os contratos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

11. Imposto de renda e contribuição social
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2021	2020
	116.924	59.296
Alíquota fiscal combinada	0	0
Imposto de renda e contribuição social:	(39.754)	(20.161)

Adições/exclusões:		
Efeito líquido IRPJ/CSLL 34%	1.637	3.483
Impostos correntes	(38.117)	(16.678)
Impostos diferidos (a)	271	(659)
Alíquota efetiva	32,37%	29,24%

(a) A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:

Imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2019	4.068
Movimentação do ano, líquida	(659)
Imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2020	3.409
Movimentação do ano, líquida	271
Imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2021	3.680

12. Obrigações trabalhistas e sociais	2021	2020
Salários e encargos	-	-
INSS e FGTS	1.577	1.314
Convênio a pagar	143	159
Dividendos obrigatórios	-	-
Outras Provisões	(30)	151
Comissões	6.140	5.059
Provisão férias e encargos	5.283	3.448
	13.113	10.131

13. Adiantamentos de clientes
O valor registrado em adiantamento de clientes, é decorrente de antecipação e recebimento de clientes por conta de encomendas e aquisições caminhões:

14. Outras Provisões e Locações a pagar	2021	2020
A companhia decidiu por fazer a provisões das obrigações constituídas mensuráveis, bem como, o registro das obrigações contratuais com locação de bens imóveis e imóveis nos termos do CPC 06 e IRFS 16.	16.240	18.969
Provisão Contratos Locação a pagar	16.240	18.969

15. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações contábeis, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na sua defesa, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial estão assim representados:

(a) A natureza das causas cíveis é decorrente dos negócios realizados com clientes, os quais eventualmente geram ações de reclamações e pedidos de indenização; e			
(b) Em 31 de dezembro de 2021 não existe nenhuma ação judicial fiscal contra a Companhia classificada como perda possível.			
	2020	Adições	Reversões
Trabalhistas	463	116	(230)
Cíveis (a)	378	71	(120)
Tributária (b)	154	-	-
Outras obrigações	-	-	-
	995	187	(350)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social
A companhia tem o capital social fechado, está representado por 52.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, detido na sua totalidade por pessoas jurídicas brasileiras.

b) Reserva Legal
A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 26, alínea "a" do Estatuto Social em vigor, e artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No ano de 2020 representou o valor de R\$3.697.

c) Dividendos mínimos obrigatórios
Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no art. 26, alínea "b" do Estatuto Social em vigor, e art. 202, item I da Lei nº 6.404/76, a provisão do exercício 2021 não foi realizada em comum acordo dos acionistas.

d) Reserva de Incentivos Fiscal/Subvenção Fiscal:
A sociedade em razão das subvenções para investimentos, decorrentes dos incentivos fiscais do ICMS em Goiás, do crédito outorgado previstos nos art. 11, incisos LV, LVI, do

Decreto 4852/97, RICMS-GO., cujos valores dos incentivos foram apropriados no resultado do exercício mensal, compondo o resultado do período, como determina o Art. 30, § 4º, da Lei 12.973/2014, com redação Lei Complementar Federal nº 160/2017, os valores das subvenções para investimentos foram transferidos de lucros para reserva de incentivos fiscais, no ano de 2021 R\$ 5.143.

e) Reserva Retenção de lucros
O saldo após a constituição das reservas serão destinação do saldo de reserva de retenção de lucros a ser deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis, que no ano de 2021 R\$ 70.238.

Lucro líquido antes do JCP	2021	2020
(-) JCP	86.178	48.160
Lucro líquido do exercício conciliado	(7.100)	(6.200)
b) Reserva legal (5%)	79.078	41.960
Base para distribuição dividendo	(3.697)	(1.703)
c) Dividendo	75.381	40.257
d) Reserva Incentivos Fiscais	-	135
e) Reserva Retenção Lucros	5.143	7.898
17. Receita operacional líquida	70.238	32.224

2021	2020
Caminhões, ônibus e peças	
1.310.555	
779.555	

Serviços prestados	84.115	68.999
(-) Descontos e devoluções	(62.059)	(40.326)
(-) Impostos sobre vendas	(132.046)	(84.051)
	1.200.565	724.177

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes, bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seja mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

18. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

2021	2020	
Custo com veículos novos e usados e peças	(980.129)	(583.590)
Custos serviços prestados	(32.571)	(25.938)
Custos Financ. Venda/Estoques	(3.652)	(4.025)
	(1.016.352)	(613.553)

O custo das mercadorias e serviços são reconhecidos como despesas no período em que a respectiva receita é reconhecida no resultado.

19. Despesas de pessoal	2021	2020
Salários e ordenados	(32.297)	(24.306)
Encargos INSS e FGTS	(10.619)	(8.125)
Indenizações trabalhistas	(309)	(301)
Assistência e benefício a empregados	(3.173)	(2.255)
Outras	(5.076)	(1.753)
	(51.474)	(36.740)

Despesas com pessoal são reconhecidas de acordo com a competência de cada mês em que ocorrem as obrigações, as despesas são compostas por salários, comissões, benefícios a empregados e seus respectivos encargos decorrentes das verbas trabalhistas, nas despesas com pessoal estão incluídos os salários da diretoria.

20. Despesas com vendas	2021	2020
Comissões a representantes	(1.259)	(1.414)
Publicidade, promoção, divulgação/feiras	(3.560)	(2.528)
Provisão e perdas de títulos incobráveis	(528)	(1.303)
Deslocamento e viagens	(892)	(892)
Despesa com cobranças	(1.956)	(1.917)
Frete comercial	(81)	(683)
Outros	(1.039)	(1.189)
	(9.987)	(10.026)

Despesas com vendas são aquelas necessárias para fechamento de negócios da companhia, são compostas por publicidades realizadas para captação de clientes, viagem para representações, despesas como frete para entrega de mercadorias e comissões pagas a terceiros pela intermediação de negócios.

21. Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Despesas com manutenção	(2.470)	(1.725)
Depreciação e amortização	(1.607)	(1.823)
Depreciação bens Alugado	(8.011)	(6.615)
Despesas com informática	(1.401)	(997)
Aluguel de bens móveis e móveis	(841)	(597)
Material de expediente, consumo e limpeza	(1.790)	(2.676)
Água, energia e telefone	(2.432)	(2.301)
Serviços contratados	(8.707)	(5.425)
Viagens, refeições e confraternização	(1.653)	(793)
Frete, transportes e combustíveis	(1.694)	(1.206)
Impostos, taxas, multas e contribuições	(554)	(939)
Outras	(2.414)	(1.358)
	(33.574)	(26.455)

As despesas administrativas são para o funcionamento operacional da companhia, nesta categoria estão incluídos os alugueis de bens móveis e imóveis, manutenções realizadas, matérias necessários para trabalho, água, energia e telefone.

22. Outras receitas operacionais, líquidas	2021	2020
Reversão de provisões operacionais	6.860	1.666
Recuperação de impostos	460	1.496
Venda de sucatas	2.048	1.432
Bônus Metas VdB (*)	9.128	14.078
Reversão Provisão Custos Financ. Vendas/Estoque	3.652	4.025
Venda Ativo Permanente	47	175
Receita Subvenção Fiscal para Investimento	5.143	7.898
Outras receitas operacionais	911	1.998
(-) Outras Despesas operacionais	(2.823)	(2.836)
	25.426	29.932

(*) Substancialmente representado por bônus da montadora.
Outras receitas operacionais são decorrentes de operações que não constituem receitas do objeto principal da companhia, como venda de ativos permanentes, receitas de benefícios fiscais e bônus recebidos por metas impostas pela montadora.

23. Resultado financeiro líquido	2021	2020
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	1.282	1.105
Juros de clientes	6.340	611
Receita aplicação financeiras	3.378	1.484
Juros e variação ativos	22	2
Outras receitas financeiras	379	422
(-) PIS/Cofins Receitas Financeiras	(535)	(172)
	10.866	3.452
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos	(1.156)	(4.510)

Juros de empréstimos e financiamentos	(96)	(603)
Juros sobre capital próprio	(7.100)	(6.200)
Despesas e taxas bancárias	(94)	(126)
Outras despesas financeiras	(100)	(52)
	(8.546)	(11.491)
Resultado Líquidos Receitas e Despesas Financeiras	2.320	(8.039)

As receitas financeiras líquidas são provenientes de juros e descontos recebidos ou pagos, taxas bancárias e receitas de aplicações financeiras.

24. Instrumentos financeiros

Visão geral dos riscos aos quais a Companhia está exposta:
A Companhia apresenta exposição aos seguintes principais riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito;
• Risco de liquidez; e
• Risco de taxa de juros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da disponibilidade da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de liquidez-Continuação

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Principais instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros sendo eles: caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar decorrentes de fornecedores e empréstimos.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2020 não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam à exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis está assim apresentada:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	82.276	86.762
Contas a receber de clientes	110.352	44.520
Outros créditos	4.482	3.482
Fornecedores	65.565	14.981
Empréstimos e financiamentos	21.174	6.733
Outras contas a pagar	35.893	32.238

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Risco de liquidez

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos:

• Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;

• Contas a receber: as contas a receber de clientes são deduzidas de provisões para créditos de liquidação duvidosa;

• Financiamentos: valores contratados para capital de giro, atualizados com juros transcorridos no período;

• Fornecedores: os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrentes, em sua maioria, da aquisição de veículos e peças.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	Valor contábil
	2021	2020
Instrumentos de taxa variável/Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	82.276	86.762
Instrumentos de taxa fixa/Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	21.174	6.733
Valor justo		

A administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil devido ao fato de que essas operações se referem preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas às taxas de mercado. Dessa forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente e demonstrados nas demonstrações contábeis supra, refletem a posição financeira de créditos e endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, e riscos considerando a natureza de sua atividade.

Ataides de Deus Vieira Pozzi Diretor Presidente
Alarico Assumpção Junior Diretor Superintendente

Divino Ribeiro de Souza
CRC-GO 007357/O-TC

